



Discurso na Tomada de Posse do XXII Governo Constitucional

26 de outubro de 2019

Senhor Presidente da República,

Senhor Presidente da Assembleia da República,

Senhor Presidente do Tribunal Constitucional,

Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, e

demais Tribunais Superiores,

Autoridades civis, militares e diplomáticas,

Minhas senhoras e meus senhores,

Caras e Caros Colegas de Governo,



Quatros anos volvidos, reunimo-nos novamente nesta sala para a tomada de posse de um novo Governo. O cenário é o mesmo, a ocasião é igualmente solene, o juramento que prestamos reveste idêntica seriedade, mas **o país que assumimos agora a responsabilidade de governar é bem diferente.**

Portugal voltou a crescer acima da média europeia, alcançámos os défices mais baixos da Democracia, recuperámos a credibilidade internacional na capacidade de redução da dívida pública e reforçámos em mais 22 anos a sustentabilidade do sistema de Segurança Social.

A normalidade constitucional foi retomada, a tranquilidade foi devolvida ao quotidiano dos portugueses, com a recuperação de direitos, salários,



pensões e prestações sociais, a estabilidade regressou ao sistema financeiro e as empresas alcançaram maior autonomia.

Foi o conjunto destes fatores que devolveu a confiança necessária a um círculo virtuoso de forte investimento, o qual nos permitiu cumprir o triplo objetivo de mais crescimento, melhor emprego, maior igualdade... Com contas certas.

A taxa de desemprego caiu para metade, 92% dos novos contratos de trabalho não são a prazo, o rendimento salarial médio cresceu 9%, meio milhão de portugueses libertaram-se do risco de pobreza ou exclusão social e 600.000 passaram a ter pela primeira vez médico de família. Foram quatro anos de progresso continuado nas condições de vida dos portugueses,



das 700.000 famílias que passaram a beneficiar da tarifa social da eletricidade, às que, com filhos em idade escolar, poupam com a gratuidade dos manuais, ou às que, em todo o país, têm hoje o novo passe social. E foram seguramente quatro anos de progresso para todas as famílias que – por eliminação da sobretaxa, pelo aumento do mínimo de subsistência ou por uma mais justa repartição de escalões – pagam hoje menos 1.000 M€ de IRS.

Portugal hoje está melhor porque os portugueses vivem melhor. Mas, mais importante ainda, Portugal está hoje melhor pelas sementes de futuro que estes quatro anos semearam com a inversão do saldo migratório, o ganho de quotas de mercado nas exportações, a diminuição do abandono escolar precoce, o aumento continuado de alunos inscritos no



ensino superior, a duplicação do número de bolsas de doutoramento, o crescimento em 35% do investimento das empresas em I&D, a redução em 35% das pendências judiciais, um exigente roteiro para a neutralidade carbónica ou um ambicioso programa de investimentos públicos, no valor global de 10.000M€, na saúde, no ensino, na conectividade digital, nas infraestruturas essenciais para termos um território mais coeso internamente e mais competitivo externamente.

O País é, felizmente, bem diferente do de há quatro anos e tem hoje condições para fazer ainda mais e melhor. Por isso, a governação é agora ainda mais exigente.



Não se trata só de consolidar o que já alcançámos, de garantir que não há retrocessos, de prosseguir o caminho que abrimos, concretizando as reformas que iniciámos da descentralização à floresta ou desenvolvendo as novas Leis de Bases da Saúde ou da Habitação.

Hoje, Portugal precisa de uma nova ambição. E os Portugueses exigem-nos que façamos ainda mais e melhor.

Eu ouvi e não esqueço o que me disseram os cidadãos nesta campanha eleitoral: “Olhe pelo Serviço Nacional de Saúde”, “precisamos de maior eficácia no combate à corrupção”, “não se esqueça do interior”, “lembre-se dos idosos”, “não podemos estar dois anos à espera que nos atribuam a pensão”.



Eu também não esqueço que estamos numa corrida contra relógio na **prevenção dos incêndios florestais**, nem ignoro a urgência de travar a **sinistralidade rodoviária**, e todos os dias temos de recordar as 25 Mulheres assassinadas - só este ano! - **vítimas da intolerável violência de género.**

Se há quatro anos a prioridade era virar a página da austeridade, agora temos de consolidar um percurso sustentável de prosperidade partilhada numa sociedade decente.

Não basta crescer mais, temos de ter, pelo menos, **uma década de convergência económica e social com a União Europeia.**



Não basta ter mais emprego, queremos **melhor emprego, trabalho digno e salário justo para todos os trabalhadores.**

Não basta reduzir as desigualdades, há – temos de o assumir com coragem e clareza - que **erradicar a pobreza.**

Não basta controlar o défice, temos de **reduzir a dívida pública nos próximos 4 anos para menos de 100% do PIB.**

Não basta dinamizar o diálogo social, a negociação coletiva, a concertação social. Precisamos, em sede de Conselho Económico e Social, construir um verdadeiro **Pacto para o Crescimento, com Mais Investimento, Melhor Conhecimento e Maior Rendimento.**



**O XXII Governo Constitucional está, por isso, bem
ciente da exigência acrescida e das
responsabilidades reforçadas que assume,** num
quadro internacional bastante mais incerto.

**O compromisso que selámos com os Portugueses
não está dependente de ciclos económicos. Este é
um Governo para os bons e para os maus
momentos.** Procuraremos maximizar todas as
oportunidades, para termos mais crescimento, melhor
emprego, maior igualdade, contas certas. Mas também
não viraremos as costas às dificuldades. E quanto
maior for a tormenta, maior será a nossa determinação
em ultrapassá-la.



É assim, de plena consciência, que assumimos com total confiança a nossa missão, firmemente determinados a exercer o mandato de quatro anos que os portugueses nos conferiram para cumprir esta nova etapa da Agenda para a Década que iniciámos em 2015.

Estamos aqui para dar o nosso melhor, **para que em cada dia desta Legislatura se reforce a esperança dos Portugueses e a sua confiança no futuro de Portugal.**

Senhor Presidente da República,
Excelência,

Dentro de dias, no local próprio, o plenário da Assembleia da República, apresentaremos e



debateremos o Programa de Governo nas diferentes áreas da governação.

Mas **faço questão de aqui e agora, perante Vossa Excelência, recordar o compromisso fundamental de responder a quatro grandes desafios estratégicos que se nos apresentam, a começar no das alterações climáticas.**

Portugal foi o primeiro país, logo em 2016, a comprometer-se com o objetivo de sermos neutros em emissões de gases com efeito de estufa em 2050 e fomos também o primeiro país a aprovar um Roteiro para a Neutralidade Carbónica.

As decisões tomadas em relação à produção de eletricidade por fontes renováveis na anterior



legislatura, particularmente no que diz respeito à energia solar, permitiram-nos assumir o objetivo de acabar em Portugal com a produção de eletricidade a partir do carvão durante esta legislatura.

Hoje, estou em condições de anunciar que iremos mesmo **antecipar o encerramento da Central Termoelétrica do Pego para o final de 2021, e que a produção da Central de Sines cessará totalmente em setembro de 2023**, garantidas condições de perfeita segurança de abastecimento, após a conclusão das barragens do Alto Tâmega e de uma nova linha de alta tensão que abasteça o Algarve, já planeada e prevista para meados de 2022, e que permitirá iniciar o encerramento faseado de Sines.



Um segundo desafio estratégico centra-se na sustentabilidade demográfica.

Num contexto de progressivo envelhecimento da população e de baixos índices de natalidade, é preciso **garantir aos jovens as condições de trabalho, habitação, e de apoio às famílias, que devolvam a liberdade de se autonomizarem e poderem ter os filhos que realmente desejam.**

O combate à precariedade no trabalho, a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, a promoção do arrendamento acessível, são prioridades a concretizar nesta Legislatura, a par com as medidas de apoio à natalidade.



Mas **uma sociedade decente é uma sociedade que assenta na solidariedade entre gerações**, e queremos um país que é para jovens e idosos, crianças e mulheres ou homens de meia idade.

Por isso, os idosos têm de estar na primeira prioridade na erradicação da pobreza. Assim, **quero aqui reafirmar o compromisso de, ao longo dos quatro anos da Legislatura, elevar o Complemento Social para Idosos até ao limiar de pobreza, de modo a que, nestes quatro anos, todos os idosos, qualquer que seja o valor da sua pensão, possam libertar-se da condição de pobreza.**

O terceiro desafio estratégico consiste na transição digital, que é um desafio – e uma oportunidade – transversal para o conjunto da sociedade, empresas e



Administração Pública, exigindo que continuemos a apostar na qualificação, na investigação científica, na transferência do conhecimento para o tecido empresarial, e no empreendedorismo, ao mesmo tempo que asseguramos uma transição inclusiva, que não deixe ninguém para trás.

Iremos, já no OE para 2020, garantir a devolução integral aos centros de investigação do IVA que pagam na aquisição de equipamentos, materiais e serviços no quadro dos seus projetos de investigação.

E ainda este ano iremos disponibilizar **mais 200 M€ aos centros tecnológicos, laboratórios colaborativos e centros de interface para programas**



mobilizadores de projetos de I&D com as empresas
nos diferentes *clusters*.

Como tenho repetido, **as empresas que querem ser competitivas a exportar têm de ser competitivas a contratar recursos humanos qualificados**, essenciais à melhoria da sua produtividade e indispensáveis à sua transição digital.

A sociedade portuguesa tem de dirigir uma mensagem muito clara aos jovens. A mensagem de que vale a pena investirem na sua qualificação e que em Portugal podem realizar-se plenamente do ponto de vista pessoal e profissional.

Por isso, **convido os parceiros sociais para negociarmos em sede de concertação social** – e sem



prejuízo de um acordo global sobre política de rendimentos para a Legislatura - um acordo que sirva de referência para a contratação coletiva e que preveja **uma clara valorização salarial dos jovens qualificados, a exemplo, aliás, do que o Estado irá fazer com a sua carreira de técnicos superiores.**

Por fim, o quarto desafio estratégico que temos de vencer é o das desigualdades. Sob diversos pontos de vista, o nosso país continua a ser profundamente desigual. Seja no **desequilíbrio evidente entre o litoral e o interior**, seja nas **persistentes desigualdades de género**, seja na **gritante desproporção de rendimentos** entre os que mais têm e os que mais necessitam. Temos ainda um longo caminho a percorrer.



O salário mínimo continua a ter uma função social muito importante na erradicação da pobreza e na redução das desigualdades, havendo vantagens numa antevisão plurianual da sua evolução, abrindo perspetivas de progresso social para os trabalhadores e um horizonte de previsibilidade para as empresas.

Na anterior Legislatura o salário mínimo nacional teve um aumento de quase 20%. Ainda assim, todos temos consciência de que estamos aquém do necessário para uma valorização justa do trabalho, pelo que **nesta Legislatura devemos ambicionar ter uma maior valorização do salário mínimo.**

Neste sentido, o salário mínimo nacional evoluirá em cada ano, ouvidos os parceiros sociais, em função da dinâmica do emprego e do crescimento económico,



mas **tendo o Governo o objetivo de atingir os 750€ em 2023.**

Deste modo, no conjunto das duas Legislaturas, o salário mínimo subirá de 505 para 750 euros, um aumento de **cerca de 50%. É o maior progresso de sempre** na evolução da remuneração mínima no nosso país **e o que mais nos aproxima da convergência com a média da União Europeia.**

Senhor Presidente, Excelência

Foi para quatro anos que os portugueses elegeram os seus Deputados e consequentemente **é de quatro anos o mandato deste Governo.**

Durante estes quatro anos terão lugar várias eleições: Regionais, Presidenciais, Autárquicas. Cada eleição



vale por si e nenhuma se substitui às demais ou altera o mandato da Assembleia da República ora eleita. O Governo respeitará o dever de isenção eleitoral e não condiciona a sua ação aos calendários eleitorais.

Mas se **não governaremos em função dos ciclos eleitorais, também não ficaremos condicionados na ação governativa pelos resultados dessas eleições.**

O país aprecia a boa cooperação institucional que soubemos estabelecer com o Poder Local e as Regiões Autónomas, com o Poder Judicial, com a Assembleia da República e, muito em especial, com o Presidente da República.

A posição deste Governo é e será, Senhor Presidente, exatamente a mesma que aqui defini há quatro anos



perante o seu antecessor: **“a máxima lealdade e cooperação institucional com o Presidente da República, no respeito escrupuloso pelas suas competências próprias”.**

Foi assim com o anterior Presidente da República, tem sido assim com Vossa Excelência e assim será com o Presidente que vier a ser eleito ou reeleito em 2021.

Os portugueses disseram nas urnas que querem estabilidade e Portugal precisa de estabilidade.

Estabilidade para atrair mais investimento que promova a produção nacional e crie mais e melhor emprego. Estabilidade para melhorar o rendimento das famílias e os proveitos das empresas. Estabilidade para executar o vasto programa de investimento público que está em curso. Estabilidade para prosseguir a melhoria



dos serviços públicos. Estabilidade para continuar a garantir contas públicas sãs. Estabilidade para defender a credibilidade externa de Portugal. Estabilidade, enfim, para cumprir o Programa do Governo.

O claro reforço eleitoral do PS, não dispensa o Governo do dever de promover o diálogo parlamentar e a estabilidade no horizonte da Legislatura. Do mesmo modo, a ausência de uma maioria absoluta, impõe aos partidos que têm sido - e queremos que continuem a ser - nossos parceiros, o dever acrescido de contribuírem de modo construtivo para o sucesso deste diálogo ao longo de toda a Legislatura.



Em condições bem mais difíceis, nos últimos quatro anos, ficou provado que esse diálogo era possível, tendo assegurado quatro anos de estabilidade política, que foram decisivos para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses, o crescimento económico, a credibilidade externa e a consolidação das finanças públicas. Se então foi possível, por maioria de razão agora também deve ser.

É certo que esta nova Legislatura é diferente da última Legislatura. Mas, sobretudo, será seguramente ainda mais diferente das anteriores, porque o muro que foi derrubado em 2015 não será reconstruído, nem o anacrónico “*arco da governação*” será recuperado.



O maior antídoto às derivas populistas é uma Democracia viva e o que dá vida à Democracia são alternativas claras. Por isso, **Portugal deve ter um Governo estável e uma oposição de direita que se constitua como alternativa**, nunca esquecendo – obviamente – que a Democracia é o regime do compromisso e que este se impõe sempre que está em causa o interesse nacional.

De resto, esta dinâmica de diálogo não se esgota nas paredes do Parlamento. Queremos estabelecer pontes com toda a sociedade, de forma transversal e alargada. Queremos manter um relacionamento permanente e profícuo com todos os parceiros sociais, com os criadores culturais, as empresas, as instituições da economia social e solidária, os centros de produção do conhecimento, as comunidades de



portugueses da diáspora. E queremos ouvir o que os Portugueses nos têm a dizer, conduzindo o rumo da governação a partir de um contacto próximo e direto com a sociedade civil.

Por isso, realizaremos regularmente um Conselho de Ministros descentralizado, à margem do qual poderemos dialogar em proximidade com os atores regionais, ouvindo e esclarecendo, identificando problemas, definindo prioridades e parcerias, procurando e encontrando as soluções.

Em síntese, este será um Governo de diálogo e cooperação institucional, aberto à sociedade e próximo dos Portugueses.



Senhor Presidente da República, Excelência,

Para finalizar, gostaria de deixar **uma palavra de reconhecimento a todos aqueles que hoje cessam funções governativas, bem como a todos os que exerceram funções no XXI Governo Constitucional.**

Foi uma honra poder contar convosco e ter-vos ao meu lado nesta estimulante Legislatura, que rompeu tabus e abriu novos horizontes de esperança. Quero, pois, nesta ocasião solene, agradecer o serviço que prestaram à causa pública.

Agradeço ainda às mulheres e aos homens que aceitaram o meu convite para integrar o XXII Governo Constitucional. Não vos peço nada menos do que o vosso total empenho e uma apurada ética de serviço público. Temos grandes desafios pela frente. E,



nestes tempos exigentes, cabe-nos a responsabilidade de corresponder às elevadas expectativas que os Portugueses em nós depositam.

Perante as alterações do clima, o risco de declínio demográfico, o imperativo da transformação digital ou a indignação face às desigualdades, não podemos baixar os braços. **Seremos, pois, um Governo combativo e inconformado. Um Governo de ação, em prol de Portugal e dos Portugueses.**

Há muito para fazer. E **o futuro é já hoje**. Por isso, **mãos à obra.**